Praticando

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TRT-MG

600 QUESTÕES

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA

BANCA FUMARC
E OUTRAS BANCAS

QUESTÕES GABARITADAS

- Língua Portuguesa
- Noções De Informática
- Legislação
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito Do Trabalho
- Direito Processual Do Trabalho
- Direito Civil
- Direito Processual Civil

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TRT-MG

600 Questões Gabaritadas

Analista Judiciário - Área Judiciária

SL-228ST-26
7901183009091

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Noções de Informática 59
3. Legislação 77
4. Direito Constitucional 87
5. Direito Administrativo 103
6. Direito Do Trabalho 121
7. Direito Processual Do Trabalho 133
8. Direito Civil 157
9. Direito Processual Civil 177

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FUMARC - 2023)

DRI**BLO MINHAS LIMITAÇÕES**

Nathalia Santos, 30, como é ser cega e atuar como assistente

de direção da novela Todas as Flores, da Globo

SEMPRE FUI FASCINADA pela televisão, mas não me via trabalhando na área. Aconteceu por acaso. Dez anos atrás, Regina Casé cutucou no Twitter: "Quem quiser ir ao Esquenta, comenta aqui". Eu comentei, acabei indo ao programa e fiz um tour pelos bastidores. Eles tinham uma biblioteca itinerante com um livro de Jorge Amado em braile, e Regina perguntou se alguém na plateia conseguiria fazer a leitura. Me candidatei. Ela aí quis saber como havia aprendido braile e respondi que era cega, o que ela ainda não tinha notado. "Como assim, cega?", disse com aquela espontaneidade dela. Ficamos amigas e ali começou minha história no mundo do entretenimento. Virei pesquisadora do Esquenta, depois engatei em programas jornalísticos, até chegar à função atual – assistente de direção de uma novela, a primeira com minha deficiência na história da emissora.

Driblo obstáculos o tempo todo. O mundo ainda não está preparado para quem não enxerga. Meu trabalho só é possível graças ao time que me ajuda em vários terrenos, a começar pelas adaptações físicas que fizeram para que eu possa desempenhar minhas tarefas. O pessoal da cenografia, por exemplo, criou plantas dos cenários em alto relevo, para me familiarizar com o ambiente onde atuo. A equipe de figurino produziu pranchas com detalhadas descrições, e a turma de sistemas de tecnologia personalizou programas para uso do leitor de tela. Instalaram também um piso tátil no caminho dos estúdios e sinalização sonora nas roletas. Isso é só para viabilizar o

que vem em seguida. Antes de entrar no set, converso em profundidade com o diretor artístico, Carlos Araújo. E, nas gravações, diretor e atores vão me informando sobre a posição de cada um e várias outras minúcias, desde a cor do tapete e a localização precisa da cadeira onde um personagem vai se sentar até o lugar onde a câmera se encontra naquele exato momento.

Ao entrar para a equipe de Todas as Flores, fiz questão de me mexer para que essa minha experiência se estendesse a outros setores da empresa. Tenho muito orgulho de dizer que, hoje, a gente já conta com consultores, preparador de elenco, operador de áudio, atores, uma turma de pessoas com deficiência que trabalha duro e muito bem. Sei que não seria escalada para uma novela de prestígio apenas por ser cega. A qualidade do meu trabalho é determinante. Sou a única cega da minha família, nasci assim, com uma distrofia chamada retinose pigmentar. Cresci em uma favela da Zona Norte carioca e tive uma infância boa. Claro que era café com leite em algumas brincadeiras, mas nunca deixei de participar, ainda que tenha ouvido frases que me feriram ao longo do percurso. Não esqueço quando um professor me disse, no ensino médio, que não dava aula a alunos com deficiência. Ninguém faz ideia de quanto machuca.

Sou mãe de um menino de 2 anos e estou grávida de novo, de vinte semanas. Imagine que, nos dias de hoje, ainda olham para mim e acham que sou incapaz de exercer a maternidade. Pensam que meu marido é pai e mãe, apenas porque não enxergo. Sofro com isso. Adoro ser mãe. Na primeira ultrassonografia desta segunda gestação, cheguei ao exame uma hora antes. Como estava demorando, procurei saber a razão do atraso e falei que era deficiente. Tinha direito à prioridade por lei. A atendente chamou meu marido, sem se dirigir a mim, e disse que lá todo mundo era preferencial. Quando vamos ao restaurante, perguntam a ele o que eu quero, e não a mim. Mal sabem que meu ouvido é apuradíssimo e que meus olhos são minhas mãos. Ainda falta à sociedade compreensão sobre diferenças. Abertura à diversidade é chamar para o baile, mas a verdadeira inclusão é deixar escolher a música.

(Fonte: **Revista Veja,** Editora Abril, edição 2823, ano 56, nº 1, 11 jan. 2023, p. 69) – Adaptado

Na frase: "Quando **vamos** ao restaurante, **perguntam** a ele o que eu quero, e não a mim.", os verbos destacados estão no presente do indicativo. **No pretérito perfeito do indicativo,** a forma **CORRETA** é:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(A) Quando **fomo**s ao restaurante, **perguntara**m a ele o que eu queria, e não a mim.
(B) Quando **fôramo**s ao restaurante, **perguntara**m a ele o que eu quisera, e não a mim.
(C) Quando **íamo**s ao restaurante, **perguntava**m a ele o que eu queria, e não a mim.
(D) Quando **iríamo**s ao restaurante, **perguntaria**m a ele o que eu quereria, e não a mim.

2. (FUMARC - 2023)
APR**ENDER COM AS DERROTAS**
Marcos Davi Melo

Talvez por estar acompanhando os jogos da Copa do Mundo do Catar em casa, com a família, incluindo os netos, alguns ainda muito verdinhos, entre tantas imagens emocionantes nas arenas e seus arredores, uma delas marcou-me muito: a do excelente goleiro da Polônia Wojcech Szczesny (Ufa!!!), que, depois de defender um pênalti cobrado por Messi, saiu de campo derrotado, necessitando em seguida consolar o filho pequeno, ainda no túnel que os conduz do gramado para os vestiários. Nesse caso, a derrota veio logo depois da glória.

Quem está preparado para as derrotas? Quem não sofre com elas?

Nélson Rodrigues (sempre ele!) em uma crônica "Freud no futebol", escreveu que, nos EUA, todos tinham um psicanalista e que esse profissional tinha se tornado tão necessário quanto uma namorada. E o sujeito que, por qualquer razão eventual, deixava de vê-lo, de ouvi-lo, de farejá-lo, ficava incapacitado para os amores, os negócios e as bandalheiras. Nelson reclamava que o futebol brasileiro tinha tudo, menos um psicanalista: "Cuida-se das integridades das canelas, mas ninguém se lembra de preservar a saúde interior, o delicadíssimo equilíbrio emocional do jogador". Coincidência ou não, logo depois da eliminação precoce da nossa seleção da Copa de 1966 na Inglaterra, os psicólogos passaram a ser uma peça essencial nas equipes nacionais.

Pensando nos nossos filhos e netos, diante de uma indesejável, mas sempre possível derrota na Copa, segundo os psicólogos, quatro coisas podem se aprender em uma partida de futebol, um jogo de xadrez, ou um simples par ou ímpar, que podem servir para outros momentos da vida: primeiro, quando se chega ao lugar mais alto do

pódio, quantas vezes ele precisou perder para chegar lá? Os fracassos nos ensinam como vencer. Perdemos a Copa de 50 em casa e vencemos em 58 na Suécia.

Sempre há outra chance, Cristiano Ronaldo pode estar no ocaso de sua vitoriosa carreira como jogador, mas as portas estão abertas para se consagrar como técnico.

Aprender sobre Empatia: sempre que vemos atletas profissionais comemorando uma conquista, percebemos a intensidade com que pulam, gritam para mostrar que, enfim, conquistaram algo bastante almejado. Mas como se sente o rival derrotado, vendo tudo aquilo? **Nossos filhos e netos podem até ficar tentados a imitá-los, mas precisamos orientá-los para que tomem cuidado com as celebrações exageradas, afinal de contas, no outro dia, podemos estar do outro lado.**

Finalmente, não é só ganhar. Jogos e esportes não são só para mostrar quem pode mais, mas para demonstrar amor pela atividade, estimular a empatia, o trabalho em equipe e o respeito por quem está ao seu lado e pelo adversário. É fundamental saber perder, por mais duro que seja, embora não seja fácil lidar com derrotas e fracassos. As derrotas nos ensinam que nem tudo são glórias. Elas são importantes, porque nos trazem novas visões e muito aprendizado. Apropriar-se de um fracasso trazendo isso para o lado pessoal faz sofrer mais. Não se devem criar expectativas além do nosso limite e a derrota acaba sendo previsível. Saber perder é apenas uma prova de maturidade, por isso é impróprio cobrá-la das crianças, mas é indispensável aos adultos saber administrá-la.

Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/opiniao/393942/

aprender-com-as-derrotas- Acesso em: 14 dez. 2022 (Adaptado)

Em: "Nossos filhos e netos podem até ficar tentados a imitá-los, mas precisamos orientá-los para que **tomem** cuidado com as celebrações exageradas, afinal de contas, no outro dia, **podemos** estar do outro lado.", os verbos destacados estão flexionados, **respectivamente,** nos seguintes tempos:

(A) Futuro do presente do indicativo – futuro do subjuntivo.
(B) Presente do subjuntivo – presente do indicativo.
(C) Pretérito imperfeito do indicativo – pretérito imperfeito do subjuntivo.
(D) Pretérito perfeito do indicativo – pretérito imperfeito do indicativo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FUMARC - 2026)

Carlos está desenvolvendo um modelo BIM (*Building Information Modeling*) complexo em um ambiente Windows 10, gerenciando múltiplos fluxos de trabalho simultâneos, como simulações estruturais, análise de cargas e renderizações arquitetônicas. Para evitar sobreposição de janelas e manter a organização em seu *pipeline* de engenharia, ele opta por implementar desktops segmentados, criando "compartimentos virtuais" dedicados a cada fase do projeto.

O Windows possui um recurso que permite ao Carlos criar esses "compartimentos virtuais". Qual?

(A) Áreas de Trabalho Virtuais.
(B) Gerenciador de Dispositivos.
(C) Painel de Controle.
(D) Windows Defender.

2. (FUMARC - 2025)

Você está trabalhando em um projeto importante e precisa encontrar um arquivo específico que contém dados cruciais. Lembra-se de ter salvo o arquivo em uma pasta com um nome similar a outros projetos que você está trabalhando. Além disso, você modificou o arquivo recentemente, mas não se lembra do nome exato do arquivo após a modificação.

Qual combinação de ferramentas do Windows 10 você utilizaria para encontrar esse arquivo de forma mais eficiente, considerando as informações disponíveis?

(A) Explorador de Arquivos e Lixeira.
(B) Ferramenta de Pesquisa do Windows e Histórico de Arquivos.
(C) Gerenciador de Tarefas e Lixeira.
(D) Painel de Controle e Ferramenta de Pesquisa do Windows

3. (FUMARC - 2025)

O recurso "Acesso Rápido" do Explorador de Arquivos no Windows 10 é utilizado para facilitar o acesso a pastas frequentemente usadas e melhorar a organização dos arquivos. Muitos usuários buscam compreender melhor suas funcionalidades para otimizar a navegação e o gerenciamento de documentos no sistema.

Sobre o recurso "Acesso Rápido" no Explorador de Arquivos do Windows 10, todas as afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

(A) É possível fixar uma pasta ao "Acesso Rápido", clicando com o botão direito do mouse e escolhendo a opção "Fixar no Acesso Rápido".
(B) No "Acesso Rápido", as pastas fixadas aparecem automaticamente em ordem alfabética e não podem ser reorganizadas manualmente pelo usuário.
(C) O "Acesso Rápido" também exibe automaticamente os arquivos usados recentemente na seção "Arquivos Recentes".
(D) O usuário pode limpar a lista de histórico do "Acesso Rápido" através das opções de Pasta, seção Privacidade e opção que indica "Limpar Histórico".

4. (FUMARC - 2025)

João trabalha diariamente com o Windows 10 e precisa organizar diversos arquivos em seu computador. Para facilitar o acesso e a visualização desses arquivos, ele quer ajustar as opções de exibição no Explorador de Arquivos, otimizando a forma como os documentos são apresentados.

Sobre as opções de visualização no Explorador de Arquivos do Windows 10, é **CORRETO** afirmar:

(A) A opção "Painel de visualização" exibe automaticamente o conteúdo completo de todos os arquivos na pasta sem a necessidade de seleção manual.
(B) A única forma de visualizar detalhes como tamanho e data de modificação é quando o modo "Ícones grandes" está ativado.
(C) É possível exibir arquivos ocultos ativando a opção "Itens ocultos" na guia "Exibir" do Explorador de Arquivos.
(D) No Windows 10, não é permitido alterar o layout da visualização entre "Detalhes" e "Lista".

5. (FUMARC - 2025)

Durante o expediente na prefeitura, a servidora Clarice está preparando relatórios no Windows 10 e precisa renomear uma pasta e criar um novo documento de

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

texto. Ela decide usar o menu suspenso, que aparece ao clicar com o botão direito do *mouse* sobre um arquivo ou área da área de trabalho.

Com base nessa situação, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

(A) É possível criar novos arquivos ou pastas diretamente pelo menu suspenso, escolhendo a opção Novo.

(B) O menu suspenso aparece apenas quando se pressiona a tecla Ctrl junto com o clique do *mouse*.

(C) O menu suspenso apresenta opções como Abrir, Renomear, Excluir e Propriedades.

(D) O menu suspenso varia conforme o tipo de item selecionado, exibindo opções diferentes para pastas, arquivos e atalhos.

6. (FUMARC - 2025)

Durante uma campanha de comunicação da prefeitura, o secretário de comunicação ficou responsável por organizar centenas de fotos e imagens em seu computador com Windows 10.

Ele utilizou a pasta Imagens para facilitar o acesso, a visualização e a classificação dos arquivos por data e tipo.

Com base no uso da pasta Imagens e em suas funcionalidades no Windows 10, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

(A) A pasta Imagens não permite alterar o modo de exibição dos arquivos, sendo sempre exibidos como ícones pequenos.

(B) A pasta Imagens pode ser fixada no Acesso Rápido ou movida para outro local do disco, mantendo sua funcionalidade padrão.

(C) É possível alterar o modo de exibição para visualizar miniaturas, detalhes ou listas de imagens, conforme a necessidade do usuário.

(D) O Windows 10 permite organizar as imagens por data, nome, tipo ou tamanho, facilitando a localização de arquivos.

7. (FUMARC - 2025)

Durante um intervalo para o café, João, servidor da secretaria de obras, decidiu aproveitar o tempo para enviar um relatório rápido do seu *notebook* com Windows 10.

Como estava longe do escritório, ele procurou a rede Wi-Fi "Prefeitura_Guest", disponível no local, para conseguir acesso à Internet.Com base nas etapas corretas para se conectar a uma rede sem fio no Windows 10, é CORRETO afirmar:

(A) João deve abrir o *Prompt* de Comando e digitar comandos específicos para localizar e conectar a rede Wi-Fi.

(B) João deve clicar no ícone de rede sem fio localizado na barra de tarefas, selecionar a rede desejada, inserir a senha (caso solicitada) e confirmar em Conectar.

(C) João precisa abrir o Painel de Controle, acessar "Gerenciador de Dispositivos" e ativar manualmente o *driver* da placa de rede Wi-Fi antes de procurar uma conexão.

(D) João só conseguirá acessar a Internet se conectar primeiro a uma rede cabeada (Ethernet) para liberar o uso do Wi-Fi.

8. (FUMARC - 2023)

Analise as afirmativas referentes aos atalhos de teclado do "Explorador de Arquivos" do Microsoft Windows 10, versão português.

I. – A tecla "F2" permite renomear o item que estiver selecionado.

II. – As teclas "Shift+Delete" permitem excluir permanentemente o item que estiver selecionado.

III. – As teclas "Ctrl+S" selecionam todos os itens de uma pasta.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

(A) I.

(B) I e **II.**

(C) I e **III.**

(D) II e **III.**

9. (FUMARC - 2023)

No sistema operacional Windows 10, a manipulação de arquivos e pastas é uma tarefa comum que os usuários realizam para organizar seus dados. O sistema oferece várias maneiras de criar, mover, copiar e excluir arquivos e pastas, seja através do Explorador de Arquivos seja usando comandos específicos. No Windows 10, qual das seguintes ações **NÃO** se pode realizar através do menu de contexto (clique com o botão direito do mouse) no Explorador de Arquivos?

(A) Criar uma nova pasta.

(B) Copiar o caminho de um arquivo para a área de transferência.

(C) Executar um programa como um usuário diferente.

(D) Mover um arquivo para outra pasta.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO

1. (FUMARC - 2022)

A **idade mínima** para investidura no cargo de servidor público é de

(A) 16 (dezesseis) anos,
(B) 18 (dezoito) anos.
(C) 21 (vinte e um) anos.
(D) 35 (trinta e cinco) anos.
(E) escolha da banca do concurso.

2. (FUMARC - 2022)

O provimento é o ato administrativo de preenchimento dos cargos públicos vagos. Existem duas espécies de provimento:

(A) Derivado e vacante.
(B) Originário e derivado.
(C) Originário e secundário.
(D) Principal e secundário.
(E) Secundário e provido.

3. (FUMARC - 2022)

A ajuda de custo paga ao servidor é espécie de

(A) adicional.
(B) gratificação.
(C) indenização.
(D) premiação.
(E) vencimento.

4. (FUMARC - 2022)

Acerca do servidor que fizer jus à indenização de transporte, é **CORRETO** afirmar:

(A) É permitida a concessão, cumulativamente, de passagens e auxílio-transporte.
(B) É prerrogativa inerente ao servidor público.
(C) É vedada a incorporação da indenização de transporte a vencimentos, remuneração, provento ou pensão.
(D) Não impede o acúmulo com o uso de veículo oficial para execução de serviço externo.
(E) Trata-se de parcela remuneratória.

5. (FUMARC - 2025)

São considerados, dentre outros, como de efetivo exercício os seguintes afastamentos do servidor, EXCETO:

(A) Convocação para serviço militar.
(B) Exercício de cargo em comissão em órgãos ou entidades dos poderes da União e do Estado.
(C) Licença por motivo de doença em pessoa da família por 90 dias.
(D) Missão ou estudo de interesse da administração, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal, com ônus para os cofres públicos municipais.

6. (FUMARC - 2022)

Analise as afirmativas e assinale a que estiver **CORRETA:**

(A) As vantagens pecuniárias não serão computadas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
(B) As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
(C) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça por meio de representação de classe.
(D) É assegurado ao servidor o direito de requerer em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça perante sua própria organização administrativa.
(E) O direito de requerer a autoridades em defesa de seus interesses legítimos é conferido ao servidor apenas se findo o exercício.

7. (FUMARC - 2022)

O ato de imposição da penalidade a servidor público

(A) dispensa motivação.
(B) é irrecorrível,
(C) mencionará a causa da punição e os fundamentos legais, a critério da autoridade competente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) mencionará apenas o fundamento legal da sanção.
(E) mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

8. (FUMARC - 2022)
No regime do servidor público, o recebimento de presentes em razão das atribuições é:
(A) Condicionado 'a autorização do superior hierárquico.
(B) Não é tratado por Lei.
(C) Não se assemelha à propina.
(D) Permitido.
(E) Vedado.

9. (FUMARC - 2022)
As sanções penais, civis e administrativas aplicáveis ao servidor público
(A) não incluem a possibilidade de ressarcimento de dano.
(B) são cumulativas.
(C) são dependentes entre si.
(D) são independentes de sua culpa.
(E) todas são aplicáveis pelo superior hierárquico.

10. (FUMARC - 2022)
Acerca da possibilidade de retirar documento da repartição onde atua, é **CORRETO** afirmar:
(A) É permitido que o servidor público o retire, desde que os documentos sejam afetos às suas funções.
(B) É prerrogativa do servidor.
(C) É proibido que o servidor o faça em qualquer hipótese.
(D) É proibido que o servidor o retire, sem prévia anuência da autoridade competente.
(E) Somente pode ser feito por titulares de cargos de direção.

11. (FUMARC - 2022)
Acerca da advertência no regime do servidor público federal, é **CORRETO** afirmar:
(A) Deve ser aplicada por escrito.
(B) Dispensa a defesa prévia.
(C) Não é penalidade.
(D) Pode ser aplicada verbalmente.
(E) Tem efeito apenas instrutivo.

12. (FUMARC - 2022)
O servidor público que causar dano no exercício da função é responsável
(A) a critério de seu superior hierárquico.
(B) apenas na esfera administrativa.
(C) civilmente, na medida de sua culpa.
(D) independente de culpa.
(E) objetivamente perante a vítima.

13. (FUMARC - 2022)
O Servidor do TRT3, sujeito a processo administrativo disciplinar, terá direito à defesa:
(A) A critério da Comissão Processante.
(B) A critério do superior hierárquico.
(C) A depender das funções que exerça.
(D) Conforme a gravidade da infração.
(E) Sempre.

14. (FUMARC - 2022)
O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é o principal instrumento jurídico para formalizar a investigação e a punição dos agentes públicos e demais administrados, sujeitos à disciplina especial administrativa, que cometeram infrações à ordem jurídica. Ele pode ser dividido em três fases. São elas:
(A) Instauração; instrução; e decisória.
(B) Instauração; movimentação; e penalização.
(C) Instrução; moderação; e prática.
(D) Instrução; preparação; e discussão.
(E) Registro; instauração; e moderação.

15. (FUMARC - 2023)
A Lei 8429/1992, com as alterações que definem seu conteúdo atual, NÃO caracteriza como improbidade:
(A) Conduta culposa.
(B) Conduta de particular.
(C) Conduta de servidor dos Poderes Judiciário ou Legislativo.
(D) Conduta lesiva a empresas estatais.

16. (FUMARC - 2023)
Considerando o teor da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, por comparação entre a referida esfera de responsabilidade é **CORRETO** concluir:
(A) A alteração legal aboliu as hipóteses de ato de improbidade cometida mediante condutas culposas.
(B) A Lei nº 14.230/2021 incluiu a hipótese de apuração e punição da conduta do agente público na via administrativa.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FUMARC - 2023)

Sobre a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade, é INCORRETO afirmar:

(A) A eficácia jurídica da norma se distingue da sua eficácia social, sendo a primeira relativa à efetividade e a segunda, à aplicabilidade.

(B) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com plena eficácia, reunindo os requisitos necessários para a produção de todos os efeitos jurídicos imediatos, mas que poderão ter seu âmbito de eficácia restringido pelo legislador infraconstitucional.

(C) As normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que carecem de regulamentação para a produção de todos os seus efeitos jurídicos, a exemplo do artigo 33 da Constituição da República.

(D) As normas constitucionais de eficácia plena são dotadas de aplicabilidade imediata, possuindo, pois, aptidão para gerar efeitos jurídicos, independentemente, de atos legislativos infraconstitucionais.

2. (FUMARC - 2023)

As normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 vinculam, por sua eficácia,

(A) a função jurisdicional apenas se a matéria for regulamentada por Lei.

(B) as funções Executiva e Judiciária, mas não a função Legislativa.

(C) as funções Legislativas, Executivas e Judiciárias.

(D) todas as funções do Estado, mas sua interpretação é de competência exclusiva do Poder Legislativo por meio de Lei.

3. (FUMARC - 2023)

As normas constitucionais que protegem direitos e garantias fundamentais, se violadas, fundamentam reivindicação perante o Poder Judiciário?

(A) Em regra, sim, porque possui eficácia plena e direta.

(B) Não, pois o Poder Judiciário não pode aplicar normas constitucionais a casos concretos.

(C) Não, se a violação partir de autoridade política, pois estas não podem ser julgadas pelo Poder Judiciário.

(D) Sim, desde que haja regulamentação legal da matéria.

4. (FUMARC - 2023)

Os direitos e as garantias fundamentais, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em favor do titular e em face das funções de Estado,

tem aplicabilidade

(A) direta apenas em face de autoridades federais.

(B) direta, salvo se exigida regulamentação legal pela própria Constituição.

(C) direta, mas sujeita a restrições por Lei independentemente de previsão constitucional.

(D) somente se regulamentada por Lei federal.

5. (FUMARC - 2021)

A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na afirmação de direitos fundamentais no Brasil, comparando-se com as constituições anteriores, principalmente pelo rol extenso de direitos e garantias fundamentais estabelecidos.

Sobre o tema, a Constituição Federal de 1988 determina que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação

(A) contida.

(B) imediata.

(C) progressiva.

(D) relativa.

6. (FUMARC - 2023)

O Estado Democrático de Direito, modelo de Estado adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, NÃO acolhe a seguinte hipótese:

(A) Criminalização da desqualificação da pessoa em razão de orientação sexual ou de gênero.

(B) Extinção do pluralismo político, mediante instauração de partido único.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) Supremacia da Constituição, inclusive mediante guarda do Supremo Tribunal Federal.
(D) Tratamento discriminatório positivo a grupos sociais, no âmbito de políticas públicas, em razão de suas vulnerabilidades.

7. (FUMARC - 2023)

A atuação do Estado, sob a ordem constitucional vigente no Brasil, pressupõe que

(A) a Constituição possa sofrer alterações irrestritas, desde que aprovadas pelo Poder Legislativo competente.
(B) as autoridades estatais se submetam aos limites da Lei, exceto se investidas por processo eleitoral.
(C) o Poder Legislativo possa restringir as liberdades individuais irrestritamente, desde que o faça por Lei.
(D) os objetivos fundamentais sejam impostos permanentemente aos entes estatais, ainda que haja alternância na função de governo.

8. (FUMARC - 2023)

A hipótese de separação entre um estado Federado e a União, no âmbito da Federação, constitui:

(A) Direito sujeito à aprovação do Poder Legislativo da União.
(B) Prerrogativa inerente à autonomia política.
(C) Prerrogativa inerente e implícita no pacto federativo.
(D) Proibição própria dessa forma de Estado.

9. (FUMARC - 2023)

O modelo de Estado Democrático instituído no Brasil após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que se refere à representação e participação políticas, implica em:

(A) Direito de participação política da sociedade civil nas deliberações públicas, ainda que no âmbito de órgãos estatais.
(B) Dissociação entre deliberações políticas e normas constitucionais, sendo estas integralmente sujeitas àquelas.
(C) Possibilidade de mecanismos de participação direta, mas vedada sua exigência em face de pessoas e órgãos de Estado que as obstem.
(D) Satisfação da representatividade pelos meios clássicos de representação política.

10. (FUMARC - 2022)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, entre os objetivos fundamentais encontram-se, **EXCETO**:

(A) erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
(B) garantia do desenvolvimento nacional.
(C) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(D) solução pacífica dos conflitos.

11. (FUMARC - 2022)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais, **EXCETO**:

(A) Dignidade da pessoa humana.
(B) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
(C) Independência nacional.
(D) Pluripartidarismo político.

12. (FUMARC - 2022)

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, a "Prevalência dos Direitos Humanos" é caracterizada como:

(A) Fundamento da República Federativa do Brasil.
(B) Garantia fundamental da República Federativa do Brasil
(C) Objetivo da República Federativa do Brasil.
(D) Princípio Fundamental da República Federativa do Brasil.

13. (FUMARC - 2021)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais, EX□CETO:

(A) Autodeterminação dos povos.
(B) Garantia do desenvolvimento nacional.
(C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
(D) Soberania popular.

14. (FUMARC - 2025)

Após a Segunda Guerra Mundial, os excessos contra a integridade humana ele-varam a dignidade da pessoa humana ao status de princípio supremo. Os direi-tos fundamentais, diretamente vinculados a essa dignidade, constituem prerro-gativas positivadas que garantem liberdade e igualdade. Consequentemente, os direitos de personalidade ganharam maior relevância por se fundamentarem nesse valor supremo. A realização das três dimensões dos direitos fundamen-tais (individuais, políticos e

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FUMARC - 2024)

As cinco principais etapas do processo de organização são, segundo Samuel C. Certo (2003):

I. Refletir sobre planos e objetivos.
II. Estabelecer as tarefas principais.
III. Dividir as tarefas principais em subtarefas.
IV. Destinar recursos e instruções para as subtarefas.
V. Avaliar os resultados da estratégia organizadora implementada.

Os gerentes devem repetir essas etapas constantemente para obter feedback que os ajudará a aperfeiçoar a organização. Tomando como exemplo a gerência de um restaurante, é **CORRETO** afirmar que:

(A) Quando o gerente determina as principais tarefas ou trabalhos a serem realizados dentro do restaurante, estará desenvolvendo a quinta etapa.
(B) Quando o gerente determina quem anotará os pedidos e quem limpará as mesas, assim como os detalhes da relação que existirá entre essas duas pessoas, considerando o tamanho das mesas e como elas estarão posicionadas, estará desenvolvendo a quarta etapa.
(C) Quando o gerente pensa sobre os planos e objetivos do restaurante, de modo a determinar como o restaurante alcançará suas metas e em que os recursos serão utilizados para concretizar os planos, estará desenvolvendo a segunda etapa.
(D) Quando o gerente recolhe informações sobre como a estratégia está funcionando, estará desenvolvendo a primeira etapa.

2. (FUMARC - 2023)

Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira divide a organização em Estrutura Organizacional Formal e Estrutura Organizacional Informal, sendo a Organização Formal "aquela deliberadamente planejada e formalmente representada, em alguns de seus aspectos, pelo organograma" e a Organização Informal "é a rede de relações sociais e pessoais que não é estabelecida ou requerida pela estrutura formal. Surge da interação social das pessoas, o que significa que se desenvolve, espontaneamente, quando as pessoas se reúnem. Portanto, apresenta relações que, usualmente, não aparecem no organograma".

Quanto à Estrutura Organizacional Informal, é CORRETO afirmar que:

(A) A maior rapidez no processo decisório proporcionada por esta modalidade é considerada uma desvantagem.
(B) Considera uma desvantagem desta modalidade o fato de que a mesma provoca desconhecimento da realidade empresarial pelas chefias.
(C) Um ponto negativo desta modalidade é a redução da carga de comunicação dos chefes.
(D) Uma das vantagens desta modalidade é a dificuldade do controle.

3. (FUMARC - 2024)

Analise as assertivas abaixo acerca da temática do papel dos serviços na econo-mia. Depois escolha a alternativa **CORRETA**.

I. A natureza da economia de serviços está mudando de uma natureza ba-seada em transações para relações baseadas na experiência.

DESSA FORMA PERCEBE-SE QUE

I. as experiências, ao envolver e estabelecer de uma maneira pessoal e me-morável uma relação com o consumidor, criam valor agregado.

(A) **I** e **II** estão incorretas.
(B) **I** e **II** estão corretas e a **II** complementa a **I**.
(C) Somente **I** está correta.
(D) Somente **II** está correta.

4. (FUMARC - 2024)

Analise a descrição abaixo sob a ótica da temática em termos da administração e suas perspectivas. Após, assinale a opção que apresenta os termos que preen-chem os respectivos espaços, tornando o texto **CORRETO**.

"Vários fatores devem provocar impactos sobre as organizações e as empresas. A ___**I**___, pois à medida que aumentam os mercados e os negócios, crescem também os riscos da atividade empresarial. O ___**II**___ que demons-tra ser ___**III**___ será o mais procurado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A ___**IV**___, com o uso das telecomunicações, da informatização e do transporte, já impacta as organizações que estão ___**V**___ suas operações e atividades."

(A) I concorrência é mais aguda; **II** produto ou serviço; **III** melhor ou superior; **IV** sofisticação da tecnologia; **V** internacionalizando.

(B) I expansão das empresas é maior; **II** mercado; **III** mais simples; **IV** criativi-dade; **V** responsabilizando.

(C) I interferência pública é menor; **II** administrador; **III** focado; **IV** informalidade; **V** terceirizando.

(D) I limitação dos recursos é menor; **II** desenvolvimento tecnológico **III** impera-tivo; **IV** visibilidade organizacional; **V** mudando.

5. (FUMARC - 2024)

Autoridade pode ser considerada como o tipo de comunicação por meio da qual o indivíduo aceita uma ordem que governa as ações que ele toma na consecução dos processos organizacionais. Essa aceitação se dará sob condições listadas abaixo, com **EXCEÇÃO** de uma delas. Assinale-a.

O indivíduo aceita uma ordem, se ele:

(A) Acredita que a ordem é coerente com o propósito da empresa.

(B) Consegue compreender a ordem que está sendo comunicada.

(C) É mental e fisicamente capaz de cumprir a ordem.

(D) Entende que a ordem não é compatível com seus interesses pessoais.

6. (FUMARC - 2023)

"___" não indica a amplitude de responsabilidade da função. Elas indicam a rotina diária, semanal, mensal, anual ou eventual.

A opção que completa a assertiva acima, tornando-a verdadeira é:

(A) Atribuição ou Delegação.

(B) Avaliação ou Acompanhamento.

(C) Complexidade ou Racionalidade.

(D) Tarefa ou Atividade.

7. (FUMARC - 2024)

"O administrador dá direção e rumo às organizações, proporciona liderança às pessoas e decide como os recursos organizacionais devem ser arranjados e aplicados para o alcance dos objetivos da organização". Tendo por base este conceito, podemos afirmar que:

(A) Essas atividades não se aplicam ao presidente ou aos altos executivos, mas somente aos supervisores de primeira linha ou aos líderes de equipes.

(B) Essas atividades não se aplicam nem ao presidente ou aos altos executivos, nem aos supervisores de primeira linha ou aos líderes de equipes.

(C) Essas atividades se aplicam não somente ao presidente ou aos altos exe-cutivos, mas também aos supervisores de primeira linha ou aos líderes de equipes.

(D) Essas atividades se aplicam somente ao presidente ou aos altos executivos, mas não aos supervisores de primeira linha ou aos líderes de equipes.

8. (FUMARC - 2024)

Diante de todos os desafios atuais, o administrador precisa desenvolver quatro competências duráveis para ser bem-sucedido profissionalmente. O conjunto de-las está representado **CORRETAMENTE** em:

(A) Conhecimento, Moralidade, Ética e Atitude.

(B) Conhecimento, Moralidade, Julgamento e Atitude.

(C) Conhecimento, Moralidade, Simpatia e Atitude.

(D) Conhecimento, Perspectiva, Julgamento e Atitude.

9. (FUMARC - 2024)

Analise as duas assertivas abaixo e, após, escolha a alternativa **CORRETA**:

I. Eficácia Administrativa diz respeito à utilização que os administradores fa-zem dos recursos da empresa a fim de atingir as metas desta. A Eficiência Administrativa é mais bem descrita como uma atitude contínua que varia da eficiência à ineficiência,

JÁ QUE

I. a primeira, eficácia administrativa, significa que uma parte muito pequena do total de recursos contribui para a produtividade durante o processo de fabricação; a segunda, eficiência administrativa, significa que uma grande parte desses recursos contribui para a produtividade.

(A) I e II estão corretas.

(B) I e II estão incorretas.

(C) Somente a assertiva **I** está incorreta.

(D) Somente a assertiva **II** está incorreta.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO DO TRABALHO

1. (FUMARC - 2022)

São exemplos proclamados de direitos sociais no Brasil, segundo a Constituição Federal, art. 6º, **EXCETO:**

(A) a assistência aos desamparados.
(B) a educação.
(C) a previdência privada.
(D) a saúde.
(E) o trabalho.

2. (FUMARC - 2022)

Os direitos dos trabalhadores, elencados no Art. 7º da Constituição vigente, são de titularidade

(A) apenas dos trabalhadores que assim pactuarem em contratos formais.
(B) apenas dos trabalhadores urbanos, exceto os domésticos.
(C) apenas dos trabalhadores urbanos.
(D) dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto os trabalhadores domésticos.
(E) dos trabalhadores urbanos e rurais.

3. (FUMARC - 2021)

Nos termos do art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais:

(A) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à in□fância, a assistência aos desamparados.
(B) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança pública, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
(C) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a assistência social, a proteção à maternidade e à infân□cia, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
(D) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segu□rança, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assis□tência aos desamparados.

4. (FUMARC - 2022)

A opção que define **CORRETAMENTE** o empregador é:

(A) Empresa, apenas coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
(B) Empresa, individual ou coletiva, que firme contrato de trabalho.
(C) Empresa, individual ou coletiva, que, ainda que não assuma os riscos da atividade econômica, admite e remunera a prestação pessoal de serviço.
(D) Empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
(E) Empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, desde que não o faça como pessoa física.

5. (FUMARC - 2022)

Profissionais liberais podem ser empregadores?

(A) Não, a figura do empregador não admite equiparação.
(B) Não, por expressa previsão legal.
(C) Sim, desde que o façam por contratos formais.
(D) Sim, equiparam-se a empregadores se presentes os requisitos do emprego.
(E) Sim, por requisitos próprios.

6. (FUMARC - 2022)

Segundo a legislação, é **CORRETO** afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

(A) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
(B) até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer, devidamente comprovada.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) até 4 (quatro) dias por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
(D) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento

7. (FUMARC - 2022)

É **CORRETO** afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário,

(A) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
(B) até 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer, devidamente comprovada.
(C) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
(D) por 3 (três) dias, por ano, para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
(E) por 4 (quatro) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.

8. (FUMARC - 2023)

Com relação à extinção do contrato, por comum acordo, a alternativa que apresenta assertiva **CORRETA** em relação à parcela trabalhista devida é:

(A) metade das férias mais 1/3.
(B) metade do 13º salário proporcional.
(C) metade do aviso prévio, se indenizado.
(D) metade do saldo de salário.

9. (FUMARC - 2022)

A extinção do contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos estabelecidos pela legislação vigente, assegura ao trabalhador:

(A) A integralidade da multa do FGTS e de todas as verbas rescisórias, com exceção do aviso prévio, que, se indenizado, será devido a sua metade. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação integral da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
(B) A integralidade da multa do FGTS e de todas as verbas rescisórias, com exceção do aviso prévio, que, se indenizado, será devida a sua metade. O trabalhador não terá direito a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nem ao ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
(C) A metade do aviso prévio, se indenizado, do 13º salário e das férias acrescidas de 1/3, bem como a integralidade do aviso prévio. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação integral da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sem autorização para o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
(D) A metade do aviso prévio, se indenizado, e da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como a integralidade das demais verbas rescisórias. Além disso, o trabalhador terá direito a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos, sem autorização para o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

10. (FUMARC - 2022)

São verbas devidas na rescisão indireta do contrato de trabalho, **EXCETO:**

(A) Aviso prévio, trabalhado ou indenizado, na forma da lei.
(B) Indenização por danos morais presumida.
(C) Multa de 40% sobre o saldo disponível da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
(D) O saldo de salário correspondente ao último mês trabalhado.
(E) Seguro desemprego, nos termos da Lei.

11. (FUMARC - 2022)

O trabalhador que simula pagamentos de boletos pessoais no caixa da empresa, sem a entrega do respectivo valor pecuniário ao empregador comete falta grave, apta a ensejar a dispensa por justa causa por:

(A) Ato de improbidade.
(B) Ato de insubordinação.
(C) Desídia.
(D) Incontinência de conduta.

12. (FUMARC - 2022)

São hipóteses de justa causa do contrato de trabalho pelo empregador, **EXCETO:**

(A) ato de improbidade.
(B) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (2025)

No que concerne à ação de embargos à execução, é correto afirmar que:

(A) caso o embargante alegue, como causa de pedir, o excesso de execução, caber-lhe-á declarar, em sua petição inicial, o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo;

(B) o prazo para o seu oferecimento é de 15 dias, o qual se computa em dobro se se tratar de executados que tenham constituído advogados diferentes, de escritórios de advocacia distintos;

(C) caso o juiz inadmita liminarmente a petição inicial por reputar intempestiva a demanda, caber-lhe-á proferir sentença de improcedência do pedido, com aptidão para a formação da coisa julgada material;

(D) o oferecimento da prévia garantia do juízo, mediante penhora, depósito ou caução, constitui condição de procedibilidade da demanda;

(E) é vedado ao juiz atribuir efeito suspensivo à demanda, para o fim de obstar ao prosseguimento da execução, sob pena de violação à garantia da razoável duração do processo.

2. (2024)

Ulisses foi citado em ação de execução em razão do inadimplemento de divida constante de documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.

Ulisses reconhece a divida, porém entende que o valor pleiteado estão superior ao devido no título. Nesse caso, Ulisses deverá opor embargos à execução

(A) mediante depósito prévio Integral do valor da causa indicado pelo exequente, sendo 30% no ato da petição Inicial e o restante com parcelamento em até 6 vezes.

(B) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente.

(C) independentemente de depósito prévio, porém devera declarar na petição inicial o valor que entende correto.

(D) mediante depósito prévio de 30% do valor da causa indicado pelo exequente.

(E) mediante depósito prévio do valor que entende correto.

3. (2024)

Analise as proposições abaixo, acerca dos embargos à execução:

I. Os embargos à execução possuem natureza de defesa & devem ser opostos nos próprios autos da execução.

II. Os embargos à execução podem ser opostos independentemente do oferecimento de penhora, depósito ou caução.

III. Quando há mais de um executado o prazo para embargar conta-se sempre da juntada aos autos do último comprovante de citação.

IV. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito alegar como defesa em processo de conhecimento.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e **II.**
(B) III e **IV.**
(C) II e **IV.**
(D) I e **III.**
(E) II e **III**

4. (2024)

Os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho são essenciais para o funcionamento adequado desta Justiça Especializada. De acordo com as previsões da CLT, em relação às atribuições e à organização desses serviços,

(A) a promoção do rápido andamento dos processos e a pronta realização dos atos e diligências deprecadas pelas autoridades superiores é de competência do distribuidor.

(B) os distribuidores serão de livre nomeação dos Juízes das Varas do Trabalho da localidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) o registro das decisões proferidas pela Vara do Trabalho, a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos e a realização das penhoras e demais diligências processuais são de competência das Secretarias das Varas do Trabalho.
(D) haverá um distribuidor nas localidades em que existir pelo menos três Varas do Trabalho.
(E) os Secretários das Varas do Trabalho são autorizados a realizar conciliações em processos de execução, desde que autorizados previamente pelo Juiz titular, com o objetivo de garantir maior celeridade no andamento dos processos.

5. (2023)

O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição sobre todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho. Em relação à sua composição e ao seu funcionamento, a Constituição Federal prevê que:

(A) dentre os 27 Ministros que o compõem, excluídos os oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, os demais são escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelos Presidentes dos respectivos Tribunais Regionais.
(B) funcionando junto a ele, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho cabe o exercício conjunto da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho.
(C) funcionarão junto a ele a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
(D) o mesmo compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
(E) dentre os 27 Ministros que o compõem, um quinto é de advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional um quinto é de membros do Ministério público do Trabalho com mais de 15 anos de efetivo exercício.

6. (2025)

Helena foi empregada de uma sociedade empresária de fevereiro de 2022 a janeiro de 2024, quando foi dispensada sob a alegação de justa causa.

Ciente de que não fez absolutamente nada de errado, e considerando que sua única testemunha é uma outra ex-funcionária que se encontra enferma e terá pouco tempo de vida, Helena ajuizou, em março de 2024, uma ação para produção antecipada de provas, distribuída por sorteio para a 950ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Na referida ação foi colhido o depoimento da testemunha, que pouco depois veio a falecer. Arquivada a produção antecipada de provas, Helena pretende ajuizar reclamação trabalhista para anular a justa causa aplicada, valendo-se inclusive do testemunho da finada.

Sobre o fato narrado, considerando o disposto na norma de regência, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação deverá ser distribuída ao Juízo da 950ª Vara do Trabalho de São Paulo, que é prevento para apreciar a lide.
(B) A reclamação trabalhista será livremente distribuída a uma das Varas do Trabalho de São Paulo.
(C) Qualquer Juízo do Trabalho poderá apreciar a demanda na localidade de São Paulo, exceto a 950ª Vara, que já realizou parte da instrução e formou juízo de valor.
(D) Far-se-á a distribuição por dependência à 950ª Vara do Trabalho de São Paulo, cabendo ao(à) advogado(a) do réu suscitar exceção de suspeição, caso o mesmo Magistrado que instruiu a produção antecipada da prova queira julgar a causa.

7. (2025)

Você foi procurado(a) por um Sindicato de Empregados que deseja ajuizar uma ação em face de outro Sindicato de Empregados, com o objetivo de discutir a legitimidade para receber as contribuições sindicais oriundas de uma determinada sociedade empresária.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A ação deverá ser ajuizada na Justiça do Trabalho.
(B) A ação deverá ser ajuizada na Justiça Comum Federal.
(C) A ação deverá ser ajuizada na Justiça Comum Estadual.
(D) Não caberá ajuizamento de ação judicial, mas apenas procedimento administrativo no Ministério do Trabalho e Emprego.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CIVIL

1. (2026)

Segundo o que dispõe o Código Civil, a personalidade da pessoa natural começa com

(A) o nascimento com vida, ficando o indivíduo plenamente habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.

(B) a concepção, sendo postos a salvo, após o terceiro mês da gestação, os direitos do nascituro, tornando-se o indivíduo plenamente capaz aos 18 anos de idade completos.

(C) o nascimento com vida, passando a pessoa a ser plenamente capaz para exercer os atos da vida civil aos 16 anos de idade completos.

(D) a concepção, ficando plenamente o indivíduo habilitado para a prática dos atos da vida civil aos 18 anos de idade completos.

(E) o nascimento com vida, sendo assegurados, desde a concepção, os direitos do nascituro, e cessando a menoridade aos 18 anos de idade completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

2. (2024)

Tereza, 35 anos, casada com Paulo, encontra-se internada em coma induzido e sem previsão de alta, em razão de um acidente automobilístico. Paulo, preocupado com a situação de Tereza e precisando dar continuidade aos negócios e responsabilidades usuais da vida, promove ação de curatela em face de sua esposa. São juntados todos os laudos médicos que comprovam a situação de Tereza.

Diante da situação hipotética narrada, constatado que Tereza não pode expressar sua vontade, é **correto** afirmar que

(A) será declarada sua incapacidade absoluta, o que significa a ausência de capacidade de fato e de direito.

(B) será declarada sua incapacidade relativa, o que significa a ausência de capacidade de fato.

(C) será declarada sua incapacidade relativa, o que significa a ausência de capacidade de fato e de direito.

(D) fica dependente de confirmação judicial a validade de todos os atos de natureza patrimonial realizados nos 60 dias anteriores à declaração.

(E) Não será declarada sua incapacidade, por se tratar de causa transitória.

3. (2022)

O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:

I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

II. são ébrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.

III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.

Está correto o que consta **APENAS** em

(A) II e **III**.

(B) I e **III**.

(C) III e **IV**.

(D) I e **II**.

(E) II e **IV**.

4. (2024)

"A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (art. 5º, Ve X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação."

*(SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 39.ed., 2016, p. 203*

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

O texto acima relaciona-se com

(A) a responsabilidade civil contratual.

(B) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.

(C) os direitos da personalidade.

(D) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.

(E) o direito de família.

5. (2022)

Acerca dos direitos da personalidade, é **CORRETO** afirmar:

(A) A disposição do próprio corpo é vedada para qualquer fim e em qualquer hipótese.

(B) A possibilidade de sua defesa se encerra com a morte do titular.

(C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico.

(D) O ato de disposição do próprio corpo depois da morte não pode ser revogado.

(E) O pseudônimo não possui proteção jurídica.

6. (2025)

Em março de 2025, um grave acidente de barco ocorreu durante uma tempestade no litoral do Rio de Janeiro. Nele estavam presentes João (25 anos), sua esposa, Ana (22 anos, grávida de 7 meses), o irmão de João, Pedro (17 anos, emancipado pelos pais por instrumento público), e o tio de Ana, Carlos (50 anos). Todos desapareceram no mar, e os corpos não foram localizados após extensas buscas realizadas por autoridades marítimas e familiares durante mais de seis meses.

A família de João e Pedro ingressou em juízo para requerer a abertura da sucessão definitiva. Já a família de Ana, buscando resguardar os direitos do nascituro, pleiteou judicialmente o reconhecimento da morte presumida dela.

Considerando os fatos narrados e a legislação aplicável, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Como todos desapareceram no mesmo acidente e não foi possível verificar quem faleceu primeiro, presume-se que João, Ana, Pedro e Carlos morreram simultaneamente, autorizando a direta e imediata abertura da sucessão definitiva.

(B) A morte presumida de João, Ana, Pedro e Carlos somente poderá ser declarada após dois anos do desaparecimento no mar, nos termos aplicáveis aos desaparecidos em campanha ou prisioneiros de guerra.

(C) A morte presumida de João, Ana, Pedro e Carlos poderá ser declarada desde já, diante da extrema probabilidade de morte pelo naufrágio, desde que esgotadas as buscas, com fixação da data provável do falecimento.

(D) Pedro, apesar de emancipado por instrumento público antes do acidente, não poderia ser considerado plenamente capaz, pois não havia alcançado dezoito anos completos na data do naufrágio.

(E) O filho que Ana gerava no momento do acidente adquire personalidade civil, a qual será extinta com a declaração de morte presumida.

7. (2022)

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a

(A) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(B) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ), precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(C) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(D) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em todos os casos, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(E) publicação, na Imprensa Oficial, da autorização ou aprovação do Poder Executivo da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ).

8. (2021)

Conforme os termos previstos no Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público

(A) as autarquias.

(B) as sociedades.

(C) as organizações religiosas.

(D) os partidos políticos.

(E) as associações.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2022)

Existem várias teorias que buscam explicar a natureza jurídica da jurisdição.

A respeito dessas teorias, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos conceitos apresentados a seguir.

Os atos jurisdicionais teriam essa natureza em razão do órgão de que provêm. Ocorre que mesmo tais órgãos também admitem atos administrativos, motivo pelo qual não podem ser aceitos.

Considera-se que a jurisdição tem a finalidade de tutelar direitos e aplicar a lei ao caso concreto. É criticável na medida em que é possível que haja necessidade de tutela, ainda que não exista direito subjetivo violado.

A jurisdição assegura a vigência do direito, que é aplicável ao caso concreto. Não é capaz de separar os atos administrativos dos atos judiciais e, por isso, também é criticável.

O Estado-Juiz substitui a vontade das partes por meio da atividade de seus órgãos jurisdicionais, fazendo com que haja a atuação da vontade concreta da lei.

(A) Teoria da substituição / Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista.

(B) Teoria organicista / Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição.

(C) Teoria organicista / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria subjetiva.

(D) Teoria objetiva / Teoria subjetiva / Teoria organicista / Teoria da substituição.

(E) Teoria subjetiva / Teoria objetiva / Teoria da substituição / Teoria organicista.

2. (2026)

A respeito dos sujeitos da relação processual civil, assinale a opção **correta.**

(A) O juiz poderá limitar o número de litisconsortes necessários quando isso ensejar comprometimento da rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

(B) Nos casos de incapacidade absoluta, há necessidade de assistência; nos casos de incapacidade relativa, há necessidade de representação.

(C) Nas ações judiciais que versarem sobre direito real imobiliário, é imprescindível o consentimento recíproco dos cônjuges para viabilizar a propositura da ação, independentemente do regime de casamento.

(D) O litisconsórcio será facultativo quando houver disposição específica em lei.

(E) O Código de Processo Civil estende a capacidade de ser parte a alguns entes despersonalizados, por exemplo, a massa falida e o espólio.

3. (2023)

O juiz percebeu que o procurador do réu não tinha regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, nem sequer era advogado. Nesse sentido, o juiz suspendeu o processo, ainda na instância originária, e determinou que se regularizasse a representação da parte ré. Todavia, o réu não constituiu outro procurador, porque queria ser defendido por aquele que indicara anteriormente e que assumiria qualquer ônus pela falta de técnica processual em sua defesa.

Nesse sentido, o juiz deverá:

(A) extinguir o processo, sem resolução do mérito;

(B) julgar o mérito imediatamente;

(C) nomear um defensor público ao réu;

(D) considerar o réu revel;

(E) permitir que o procurador permaneça no processo.

4. (2023)

Determinado condomínio edilício ajuizou ação de cobrança de cotas condominiais em face do proprietário de uma unidade em débito.

O oficial de justiça incumbido da diligência citatória percebeu que o réu não tinha condições de compreender o ato então realizado, o que foi confirmado por seu filho, ali também presente, que informou que o seu genitor era incapaz e interditado, cabendo a ele, o filho, o exercício da curatela. Desse modo, o ato citatório se efetivou na pessoa do filho e curador do demandado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

No prazo legal, foi protocolizada contestação, mas, tendo o juiz observado que não havia sido anexado aos autos o instrumento de mandato outorgado ao advogado subscritor da peça de bloqueio, suspendeu o feito e determinou a intimação do réu, na pessoa de seu curador, para que juntasse a procuração faltante.

Não obstante, o demandado e o seu curador persistiram na postura inerte, sem que tivesse sido providenciada a regularização da representação processual daquele. Nesse contexto, deve o juiz:

(A) manter a suspensão do feito, até que seja regularizada a representação processual do réu;

(B) determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que este oferte contestação em favor do réu;

(C) expedir ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique advogado para patrocinar a defesa do réu;

(D) considerar o réu revel;

(E) extinguir o feito sem resolução do mérito.

5. (2022)

Assinale a opção **correta**.

(A) A representação judicial de município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.

(B) Os litisconsortes serão considerados litigantes distintos em suas relações com a parte adversa, exceto no litisconsórcio necessário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

(C) O juiz deverá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do tribunal de justiça que verse sobre interpretação e aplicação de norma infraconstitucional federal.

(D) Quando houver continência e a ação contida tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação continente, será proferida sentença sem resolução de mérito, senão as ações serão necessariamente reunidas.

(E) Não ocorrendo o julgamento de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal no prazo de um ano, contado do reconhecimento da repercussão geral, cessa, em todo o Brasil, a suspensão dos processos, que, nessa hipótese, voltam a tramitar normalmente.

6. (2022)

Segundo as normas do Código de Processo Civil que disciplinam a representação em juízo,

(A) a União será representada pela Procuradoria Geral da República.

(B) o Estado e o Distrito Federal serão representados pelo seu Governador.

(C) a massa falida será representada pelo administrador judicial.

(D) o espólio será representado por todos os herdeiros, em conjunto.

(E) o condomínio será representado por qualquer condômino.

7. (2026)

No que diz respeito ao ajuizamento de lide temerária, o STJ entende que os advogados

(A) estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional sempre que caracterizada lide temerária, independentemente de demonstração de dolo ou culpa grave.

(B) não estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, devendo eventual responsabilidade ser apurada em ação própria.

(C) estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, assim como eventual responsabilidade, que deve ser apurada pelo órgão de classe.

(D) não estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional nem à apuração de responsabilidade.

(E) estão sujeitos à aplicação de penalidades processuais em razão de sua atuação profissional, sendo incabível a apuração de responsabilidade pelo órgão de classe.

8. (2025)

Assinale a opção correta no que se refere ao regime processual aplicável à advocacia pública, ao Ministério Público, à defensoria pública, aos magistrados e aos terceiros.

(A) No caso de revelia do assistido, cessa automaticamente a atuação de seu assistente simples.

(B) Os prazos do ente público, no cumprimento de sentença ou na execução que ajuizar, devem ser contados de forma simples.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!